

Os primeiros passos para a institucionalização da loucura em Alagoas na segunda metade de do século XIX ao estabelecimento do Asylo Santa Leopoldina: inserção de enfermeiros e tratamento

Marcela das Neves Guimarães, Laís de Miranda Crispim Costa
Escola de Enfermagem, Universidade Federal da Alagoas. Alagoas, Brasil

Correspondencia: marcelaguimaraes.enf@gmail.com (Marcela das Neves Guimarães)

Introdução

A partir de 1850 Alagoas começou a discutir sobre as primeiras medidas sanitárias para conter as epidemias no estado. Foi nesse contexto que a comissão de higiene pública passou a propor medidas sanitárias coletivas e/ou individuais, como a limpeza das ruas e pântanos, orientações à população, controle na criação de porcos, construção do hospital de caridade, cemitério público de Maceió, lazareto do porto do Francês, abertura de enfermarias provisórias e adaptações à cadeia pública, este último abrigando o primeiro local para os alienados no Estado.

Objetivo

Descrever sobre os primeiros passos para a institucionalização da loucura em Alagoas na segunda metade do século XIX ao estabelecimento do Asylo Santa Leopoldina, buscando discutir sobre a necessidade de inserção de enfermeiros formados no Hospício Nacional do Rio de Janeiro e os tratamentos aplicados aos alienados à época.

Método

Estudo qualitativo, histórico-social, a partir do referencial teórico da Nova História, alicerçada na terceira geração da Escola dos Annales por Jacques Le Goff e Michelle Perrot. O cenário foi Alagoas com recorte temporal entre 1876-1930. As fontes diretas foram os Relatórios e Mensagens dos Governadores de Alagoas disponíveis na hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital, bem como as Fallas e Relatórios dos Presidentes da Província de Alagoas, todos os documentos de domínio público.

Resultados

É imperioso mencionar quando a cadeia pública de Maceió passou a receber os primeiros alienados, mas as Falas da

Província de 1876 demonstra a preocupação do provedor da Santa Casa de Misericórdia, o Major Manoel Martins de Miranda, de ser indispensável a construção de uma enfermaria para os loucos, deixando de ser recolhidos para a cadeia e passando a ser atendidos por este estabelecimento, mas diante da falta de cômodos para tal, poderia sem maiores despesas, dispor do prédio fronteiro ao cemitério público, ficando a Santa Casa responsável por esta enfermaria, em decorrência da falta de asilo decente que oferecesse tratamento regular a esses indivíduos. Mais tarde, em 1878, o presidente da Província Francisco de Carvalho Soares Brandão, em visita à cadeia pública constatou as condições desumanas oferecidas aos alienados, achavam-se nus, debaixo de um pequeno telhado, tendo por leito a areia, expostos ao rigor das intempéries e no mais deplorável estado, mandando construir cinco pequenos quartos com ventilação e luz, que após se estabelecer um asilo especial, estes poderiam servir de prisões. Ao final do mesmo ano a obra estava concluída e os alienados transferidos para esta área. Quase dez anos depois, em 1887, inaugurou-se o Asylo de alienados no prédio fronteiriço ao cemitério público, que até então servia para abrigo dos beixugentos e para guarda de materiais. Apenas em 10 de fevereiro de 1889 assentou-se a pedra para a construção do Asylo de Santa Leopoldina, inaugurando-se em 1891, a primeira instituição para doentes mentais em Alagoas. Destinado ao recolhimento de alienados, o edifício do Asylo de Santa Leopoldina era belo na estrutura, mas pequeno nas acomodações. No seu primeiro ano de funcionamento já não satisfazia a tal fim, visto dispor de acanhados compartimentos e pequeno número de células, sem condições higiênicas e algumas condenáveis ao estado de segurança e asseio para o isolamento dos asilados, o que reclamava por melhoramentos que obedecesse as leis da higiene e espaço para atender aqueles que o buscavam. Já em 1906, além dessas reclamações, registravam-se a falta de pessoa idônea e habilitada para se encarregar humanitariamente do tratamento e vigilância dos alienados, porém na falta de recursos para atender as normas aconselhadas pela ciência, o Governador Antonio Maximo da Cunha Rego deixou a reforma como missão

para o próximo gestor. O Governador Euclides Vieira Malta, em 1907, retoma essa discussão, informando ser de sua resolução mandar fazer uma reforma material nesta edificação com a finalidade de melhorar as condições dos alienados e dar-lhes acomodações higiênicas adequadas, o que notadamente só foi possível em 1908. Realizada a reforma do respectivo prédio com o aumento do número de células e construção de outras dependências para o bom acondicionamento e higiene dos asilados, este estava longe de satisfazer aos fins a que era destinado, logo surgindo a necessidade de ampliação e adoção de meios mais adequados para o internato e tratamento dos loucos. Dependente da Casa de Detenção, essa instituição se viu em 1913 impossibilitada de realizar qualquer reforma urgente para o fim de melhorar as condições e bem estar dos alienados, como era conveniente para os progressos da ciência médica à época. Em 1916 o estado do Asylo Santa Leopoldina não era dos melhores, por falta de células ou em células calculadas para um alienado, esses eram colocados de dois e três, com más condições de higiene e à inspeção se via a ruína e estrago dos assoalhos, paredes, grades e ladrilhos, mandando proceder algumas obras. Nesse mesmo ano, o Dr. Pedro José Duarte, diretor do dito asilo, dava ciência do satisfatório serviço clínico, sendo os doentes tratados com solicitude e atendidos com receituários prontos, mas reputava da maior conveniência para o bom andamento do tratamento dos internos a introdução, no Asylo Santa Leopoldina, de enfermeiros diplomados pelo Hospício Nacional, visto que os que exerciam suas funções não tinham educação profissional e nem tino preciso para uma boa execução dos trabalhos que lhes competem pela falta de conhecimentos práticos indispensáveis, que só podiam ser adquiridos em um estabelecimento modelar, o que lembrava ser vantajoso contratar, com mediação da diretoria do Hospício Nacional do Rio de Janeiro, um enfermeiro diplomado, de ambos os sexos, para superintender de modo inteligente o serviço higiênico das enfermarias, a administração regular dos medicamentos consoante as prescrições, encaminhar e fiscalizar os alienados de acordo com os processos modernos adotados pela

Psiquiatria. Em 1925 a situação dos alienados era ainda pior, comparado a uma ante-câmara do cemitério, os indivíduos espalhados pelo Asylo Santa Leopoldina esperavam a morte, pois não havia tratamento sistêmico para as diversas formas de loucura. A estatística da casa também apontava que o número de mortes era superior ao de curados. Na ausência de recursos adequados, utilizava-se no Asylo Santa Leopoldina a terapêutica medicamentosa pela via gastrointestinal, difícil de administrar nos doentes delirantes perseguidos e agitados, ou mesmo pelas vias intravenosa, intramuscular e hipodérmica, não existindo no estabelecimento nenhuma instalação, mesmo rudimentar, que permitisse a terapêutica física, sob as formas hidroterápicas e eletroterápicas, sendo impossível a clinoterapia, método baseado nos princípios fisiológicos de poupança, pelo decúbito prolongado. Ao que reforçou-se que a assistência aos alienados se resumia ao mero esforço para que os doentes aceitassem drogas e mais drogas, além disso, como elemento selvagem de cura, apontou-se para a brutalidade, o cubículo forte e a corrente aos pés, não sendo possível resolver esse problema apenas com a remodelação do edifício, indicando a necessidade de construção de um estabelecimento completamente novo, com meios convenientes e instalações indispensáveis ao tratamento dos alienados. Ainda em 1930 o Asylo Santa Leopoldina era o único modelo de estabelecimento para tratamento aos alienados no estado de Alagoas.

Conclusão

do ponto de vista da higiene e saúde pública pública, esses espaços só fortaleceram a política de segregação, com a institucionalização dos pacientes com transtornos mentais. Quanto os cuidados nas enfermarias dos alienados, a ideia era de ofertar melhores condições de acomodação e tratamento adequado, porém esses espaços acabaram por replicar o descaso e o isolamento. Ademais, sugere-se sanar as lacunas de conhecimento deste estabelecimento de saúde através de novas pesquisas.

Bibliografia

- Alagoas. Fallas e relatórios dirigidos à Assembleia Legislativa da província das Alagoas, 1849-1889. Biblioteca nacional digital. Relatórios e Mensagens dos Governadores de Alagoas, 1890-1930.
- Le Goff, Jacques. A História Nova. In: LE GOFF, Jacques. A História Nova. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- Perrot, Michelle. História dos quartos. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- _____. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.